

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.733.884 - PB (2018/0078130-8)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**
RECORRIDO : **ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA GRANDE SEÇÃO SINDICAL DO
ANDES SINDICATO NACIONAL**
ADVOGADO : **PAULO GUEDES PEREIRA E OUTRO(S) - PB006857**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Universidade Federal da Paraíba – UFPB, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 231):

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. 3,17%. PAGAMENTO DE RPV. SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO. EXTINÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO SEM EFEITO SUSPENSIVO COM RECURSO ESPECIAL PENDENTE. POSSIBILIDADE DE REVERSÃO DA DECISÃO. DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS A MAIOR NOS PRÓPRIOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INGRESSO DE AÇÃO AUTÔNOMA.

1. Apelação interposta contra sentença que extinguiu execução de título judicial decorrente de condenação em ação ordinária para pagar o índice de 3,17% em razão do cumprimento integral da obrigação mediante o pagamento de RPV à parte exequente, nos termos do art. 794, I, do CPC/1973, e determinou o arquivamento com baixa dos autos.
2. Pugna a apelante pelo sobrestamento do feito, enquanto pendente no STJ o recurso especial interposto contra agravo de instrumento de n. 0804883-53.2015.4.05.0000, no qual se discute a incidência dos juros de mora até o trânsito em julgado dos embargos do devedor, para possibilitar a devolução do pagamento a maior nestes mesmos autos, caso seja reformada a decisão agravada.
3. No caso, observa-se que os cálculos exequendos foram elaborados pela contadoria do foro e homologados pelo juízo de primeiro grau, que rejeitou a impugnação da UFPB. Sendo assim, contra esse despacho proferido, a apelante interpôs recurso de agravo de instrumento, ao qual não foi atribuído efeito suspensivo. Diante disso, houve o prosseguimento da execução, sendo, nos termos do art. 100 da CF/1988, expedidas as respectivas Requisições de Pequeno Valor e os exequentes tendo recebido o valor correspondente, com a extinção da execução pela satisfação da obrigação.
4. Ainda que o STJ reverta aquela decisão, não se pode determinar que a parte exequente devolva os valores recebidos a maior em RPV, nos mesmos autos do processo de execução, sendo imprescindível ação autônoma por

Superior Tribunal de Justiça

parte do devedor que pagou a maior.

5. Apelação não provida.

Os embargos de declaração opostos na sequência foram rejeitados (e-STJ, fls. 354-359).

Alega a autarquia, em síntese, ofensa ao art. 794, I, do CPC/1973, por ter sido proferida sentença extintiva da execução antes do trânsito em julgado do Agravo de Instrumento n. 0804883-53.2015.4.05.0000, manejado em face da discordância com os cálculos judiciais.

Argumenta que eventuais quantias recebidas indevidamente pela parte exequente deveriam ser cobradas nos próprios autos da execução, em observância ao princípio da celeridade, e não em ação autônoma.

É o relatório.

Observa-se que o Recurso Especial n. 1.611.853, interposto em desfavor do acórdão emitido no Agravo de Instrumento n. 0804883-53.2015.4.05.0000, foi julgado improcedente, tendo a decisão transitado em julgado em 17/10/2016.

Assim, como o trânsito em julgado em questão foi anterior à propositura do presente recurso, em 29/3/2017, urge reconhecer a ausência de interesse recursal, em virtude da falta de utilidade do provimento judicial pleiteado.

Com efeito, mesmo que se reconhecesse, na presente demanda, que não seria possível a extinção da execução anteriormente ao julgamento definitivo do agravo de instrumento no qual ainda se discutiam os cálculos da execução, tal decisão não traria benefício algum à insurgente em razão da manutenção dos cálculos que embasaram a expedição das requisições de pagamento.

Nesse sentido, com adaptações:

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE SOBRESTAMENTO. DECISÃO NO MESMO SENTIDO DO OBJETO DO RECURSO. INTERESSE RECURSAL. AUSÊNCIA.

1. A decisão agravada foi exatamente ao encontro do ora postulado pelo agravante, ao determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que aguardem o julgamento do Recurso Extraordinário n. 870.947/SE (Tema n. 810 - RG) pelo Supremo Tribunal Federal.

2. Ausente pressuposto intrínseco do direito de recorrer - interesse recursal, não se vislumbra a utilidade na interposição do presente agravo.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 1.416.227/RJ, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 9/5/2019, DJe 6/6/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. JUROS EFETIVOS. ANATOCISMO. SÚMULA 283/STF. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

1. A pretensão deduzida no recurso especial da Caixa Econômica Federal (e-STJ, fls. 792-804) não resulta em proveito à seguradora, porquanto o que

Superior Tribunal de Justiça

se discute é a legalidade da taxa de juros no contrato de mútuo e a intimação do devedor quanto à realização do leilão.

2. Por conseguinte, diante da ausência de qualquer proveito, consubstanciado no binômio necessidade-utilidade, no tocante às alegações feitas pela CEF, no recurso especial, a hipótese é de absoluta falta de interesse recursal, em virtude da inutilidade da irresignação.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgInt no REsp 1.725.484/PE, Rel. Min, MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/6/2018, DJe 15/6/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.



Ministro Og Fernandes
Relator